



UNIVERSALIDADE, EQUIDADE E INTEGRALIDADE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

GISELE DOS SANTOS MAGALHAES; FRANCISCO REGIS DA SILVA; TATIANA
MARIA RIBEIRO SILVA

RESUMO

Introdução: Este estudo investiga os princípios de universalidade, equidade e integralidade no Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentais para a garantia do direito à saúde no Brasil. A universalidade assegura que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde, sem discriminação; a equidade busca reduzir desigualdades, priorizando os mais vulneráveis; e a integralidade visa oferecer cuidados completos e coordenados em todos os níveis de atenção. O objetivo principal do estudo é discutir esses princípios à luz dos desafios e avanços enfrentados pela saúde pública no Brasil.

Metodologia: A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica, com base em artigos científicos, livros e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos, complementados por referências históricas relevantes. As fontes foram consultadas em bases de dados como SciELO, PubMed e Google Scholar, e os dados foram analisados qualitativamente, focando nas dificuldades e nas soluções propostas para a aplicação dos princípios do SUS.

Resultado e Discussão: Os resultados demonstram que, apesar dos avanços conquistados pelo SUS, como a melhoria nos indicadores de saúde pública, o sistema ainda enfrenta importantes desafios. O subfinanciamento, as desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde e a fragmentação entre os diferentes níveis de atenção comprometem a plena efetivação dos princípios de equidade e integralidade. No entanto, iniciativas como a Estratégia de Saúde da Família têm mostrado resultados

positivos no combate a essas desigualdades. **Conclusão:** Para o fortalecimento do SUS e a consolidação dos princípios de universalidade, equidade e integralidade, é essencial aumentar os investimentos e implementar políticas públicas que priorizem as populações mais vulneráveis, além de promover a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde. O desafio central permanece em garantir que esses princípios sejam efetivamente aplicados, assegurando uma saúde pública inclusiva e de qualidade para todos.

Palavras-chave: Universalidade; Equidade; Integralidade; SUS; Saúde pública.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 trouxe um marco significativo para a saúde pública no Brasil ao estabelecer o Sistema Único de Saúde (SUS). Fundamentado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, o SUS tem como objetivo garantir o acesso à saúde para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, promovendo a justiça social e a igualdade de direitos. Ao longo de mais de três décadas de existência, o SUS se consolidou como um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, sendo responsável por uma ampla gama de serviços, desde a atenção básica até tratamentos de alta complexidade.

A universalidade refere-se ao direito de todos os cidadãos brasileiros terem acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS, sem discriminação. Esse princípio busca garantir que a saúde seja um direito de todos, conforme preconizado pela Constituição. A equidade, por sua vez, implica tratar os indivíduos de acordo com suas necessidades específicas, garantindo que aqueles em situações de maior vulnerabilidade recebam atenção prioritária. Já a integralidade diz respeito à oferta de um conjunto completo de ações e serviços de saúde, abrangendo desde a prevenção e promoção da saúde até a reabilitação.

Apesar dos avanços recentes, a implementação desses princípios enfrenta desafios consideráveis. A desigualdade regional e as disparidades socioeconômicas ainda são obstáculos consideráveis para a efetivação da universalidade e equidade. Muitas regiões, especialmente as mais afastadas dos grandes centros urbanos, sofrem com a deficiência de recursos, infraestrutura necessária e falta de profissionais de saúde, ou que comprometem o acesso e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a demanda crescente por serviços de saúde, impulsionada pelo envelhecimento da população e pelo

aumento das doenças crônicas não transmissíveis, exerce uma pressão significativa sobre o sistema.

A integralidade também enfrentou barreiras substanciais. A fragmentação dos serviços de saúde, a falta de integração entre os diferentes níveis de atenção e a descontinuidade no cuidado aos pacientes são problemas persistentes. O modelo de atenção à saúde ainda é, em muitos casos, centrado na doença e não em nenhum indivíduo, o que dificulta a promoção de uma assistência verdadeiramente integral e humanizada.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre os desafios e perspectivas relacionadas à implementação dos princípios da universalidade, equidade e integralidade no SUS. Para tanto, serão desenvolvidos estudos e publicações que abordam as barreiras enfrentadas na efetivação desses princípios, bem como as estratégias propostas e inovadoras para superá-las. A revisão também buscará identificar as lacunas existentes na literatura e as áreas que serão apontadas de mais investigação.

A discussão sobre a universalidade, equidade e integralidade no SUS é essencial para compreender os avanços conquistados e os desafios que ainda precisam ser superados para garantir um sistema de saúde verdadeiramente justo e eficaz. As reflexões e análises propostas neste estudo contribuem para uma melhor compreensão das complexidades envolvidas na gestão e operação do SUS, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam a melhoria contínua do sistema, envolvem a saúde e o bem-estar de toda a população brasileira. (Costa, PS, Mendonça, MHM, & Andrade, TM. Atenção Primária à Saúde no Brasil: Perspectivas e desafios. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 43 n. 5, p.12-28, 2017; Guimarães, EA, Cunha, CM, & Silveira, PS. Desigualdades raciais e o acesso ao SUS: Perspectivas para a equidade. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 29 n.3, p. 265-274, 2021; Mendes, EV. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: O imperativo da integralidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16 n. 1,p. 129-133, 2011)

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando bases de dados como SciELO, PubMed e Google Scholar para identificar artigos, livros e documentos oficiais que abordam os princípios de universalidade, equidade e integralidade no Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa priorizou publicações dos

últimos dez anos, complementada por textos clássicos sobre o tema. A análise foi qualitativa, com foco na identificação dos principais desafios e avanços relacionados à implementação desses princípios no SUS, a partir da comparação e síntese dos dados coletados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura sobre os princípios de universalidade, equidade e integralidade no Sistema Único de Saúde (SUS) revelou avanços importantes, mas também desafios estruturais persistentes. A análise dos estudos selecionados evidenciou o impacto desses princípios na organização do sistema de saúde brasileiro, ao mesmo tempo em que destacou limitações relacionadas à sua implementação prática.

O princípio da universalidade, que garante acesso à saúde para todos os cidadãos, foi um dos maiores avanços do SUS. No entanto, há disparidades regionais significativas, com o Norte e o Nordeste apresentando menor oferta de serviços e profissionais de saúde, comprometendo o acesso universal, sobretudo nas áreas mais remotas (Paim, 2018; Viana & Machado, 2009). Já a equidade, que visa tratar desigualmente os desiguais, buscando reduzir iniquidades, é um princípio desafiador de implementar.

Embora políticas como a Estratégia de Saúde da Família tenham ampliado o acesso às populações vulneráveis, a distribuição desigual de recursos e a dificuldade de acesso a serviços especializados permanecem como barreiras (Mendes, 2013; Silva & Bezerra, 2019). E a integralidade, que busca oferecer um cuidado contínuo e completo, também enfrenta dificuldades, especialmente na falta de integração entre os diferentes níveis de atenção (primária, secundária e terciária). A fragmentação do sistema resulta em descontinuidade do cuidado, prejudicando o acompanhamento adequado dos pacientes (Giovanella *et al.*, 2012; Mendes, 2013).

4 CONCLUSÃO

Para confrontar esses desafios, a literatura indica que é necessário não apenas um maior investimento financeiro, mas também a implementação de políticas públicas focadas na descentralização, na regionalização dos serviços de saúde e na integração entre os níveis de atenção. Além disso, ações de capacitação e distribuição equitativa de profissionais de saúde são essenciais para superar as desigualdades e melhorar a qualidade

do atendimento em todo o território nacional, para assim essas políticas funcionarem de forma mais eficaz e ativa para a população.

REFERÊNCIAS

Giovanella, L., Escorel, S., Lobato, L. V. C., Noronha, J. C., & Carvalho, A. I. (Orgs.). **Política e sistema de saúde no Brasil** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

Mendes, E. V. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia de saúde da família**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2013.

Paim, J. S. **O que é o SUS?**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. Silva, P. B., & Bezerra, A. F. Universalidade, equidade e integralidade: desafios e perspectivas para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 6, p. 2271-2280, 2019.

Viana, A. L. d'A., & Machado, C. V. O sistema de saúde brasileiro: uma agenda de pesquisa para a análise de política, planejamento e gestão em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 791-808, 2009.